

ANÁLISE SWOT NAS FISCALIZAÇÕES DOS SISTEMAS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR DE BAIXA COMPLEXIDADE DO 14º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR¹

Swot analysis in the inspection of fire prevention systems in low complexity multifamiliar residential building

Luiz Carlos Vieira Prado

Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção do Centro de Ensino Superior de Chapecó, Faculdade Empresarial de Chapecó- UCEFF. Email: luiz@uceff.edu.br

Cleusa Teresinha Anschau

Me, Professora orientador do Centro de Ensino Superior de Chapecó, Faculdade Empresarial de Chapecó- UCEFF. Email: cleusaanschau@uceff.edu.br

RESUMO

O 14º BBM, órgão responsável pelas fiscalizações dos sistemas preventivos contra incêndios nas edificações. O estudo justifica-se pelo motivo que o fator humano é o principal foco e, como uma empresa, o setor público muitas vezes na sua gestão, encontram problemas. Logo, a finalidade do 14º BBM é a aplicação da legislação e a proteção de bens e pessoas. O objetivo é trazer uma análise dos índices de fiscalização dos sistemas preventivos em edificações de baixa complexidade. A metodologia, é a análise dos processos das fiscalizações nas edificações através da matriz SWOT, para conhecer os ambientes internos e externos, seus pontos fortes e fracos no processo de regularização de uma edificação e a realização de pesquisa de campo, como entrevistas para 5 síndicos e com os fiscalizadores. Portanto, essa pesquisa tem como resultado, a visão dos índicos na execução dos sistemas preventivos afeta a situação financeira, mas existe o interesse em regularizar o imóvel, bem como a necessidade em conhecer e como utilizar os dispositivos contra incêndios. Para os agentes fiscalizadores, a questão de pessoal para as atividades são em quantidade insuficiente para aumentar os índices, mas consegue manter os números de vistoria. Logo, um incremento de pessoal e recursos são necessários, mas também a conscientização e interesse das pessoas pela regularização do local que habitam, uma vez que são a proteção de seus bens. Sendo assim, existe o interesse tanto por parte dos moradores quanto do 14ºBBM dentro das possibilidades fomentar a regularização das edificações de baixa complexidade.

Palavras-chave: Fiscalização. Análise da matriz SWOT. Edificações de baixa complexidade. Prevenção contra incêndio.

ABSTRACT

The 14th BBM, body responsible for inspecting fire prevention systems in buildings. The study is justified by the reason that the human factor is the main focus, and as a service provider it is having trouble. So, the purpose of the 14th BBM is to apply the legislation, and to protect the property and the people. The aim of this study is to provide an analysis of the rates of inspection indices of the preventive systems buildings of low complexity. The methodology adopted is the analysis of the processes of inspection in the buildings through the SWOT matrix. In order to know the internal and external environments, its strengths and weaknesses in the process of regularizing a building and the field research was conducted, such as interviews with 5 (five) building managers and with the inspectors. Therefore, this research has as a result, the building managers' view of the execution of the preventive systems, they believe it affects the financial situation, but there is interest in regularizing the property, as well as the need to know and to learn how to use the firefighting devices. For the inspection agents, the question of staff for the activities is insufficient to increase the indexes, but they are able to maintain the number of inspections. Therefore, an increase of personnel and resources are necessary, as well as the awareness and interest of the people in regularizing the place they inhabit, once they are the protection of their assets. This way, the residents as well as the 14ºBBM are interested, within the possibilities, in promoting the regularization of buildings of low complexity.

Keywords: Inspection. SWOT matrix analysis. Buildings of low complexity. Fire prevention.

¹Utilização de uma ferramenta de gestão para analisar as edificações existentes de baixa complexidade.

1 INTRODUÇÃO

Nas constantes transformações globais que ocorrem, todas as áreas são atingidas e cada qual trabalha a seu modo para acompanhar ou adaptar-se e na administração qual for sua atividade-fim não é diferente. Logo, para Chiavenato (2016, p. 132), “o mundo mudou, os negócios também, e muitas organizações ficaram para trás nesse processo de corrida e transformação contínua e progressiva. Na administração pública não é diferente”, pois os atuais cenários apontam para competências pessoais e talentos, se a iniciativa privada vai buscar estes requisitos, o setor público também tem esta necessidade, uma vez que é preciso acompanhar as mudanças e o processo evolutivo apontado pela sociedade.

Um prestador de serviço público tem suas ações e processos legalmente instituídos e ora sendo um representante do Estado é seu dever executar suas ações da melhor forma possível. Uma sociedade, também regida por lei, é seu dever cumpri-la e nesta via de mão dupla, está o Estado buscando meios de aplicar a legislação pertinente e a sociedade que muitas vezes reluta, ou melhor, requer meios de postergar a legislação a qual está sujeita. Então o setor público necessita de estratégias e ou ferramentas de gestão, que mensurem e facilitem suas ações, bem como busque a conscientização da sociedade, antes da aplicação dos aspectos punitivos legalmente amparado.

Neste leque gerencial, existem várias ferramentas de gestão e a análise *Strengths, Weakness, Opportunities e Threats* (SWOT), é uma ferramenta que visa o planejamento estratégico de uma organização, procurando com que ela se confronte com os ambientes externo e interno, visualizando sua possível situação futura (MORENO, 2014).

O CBMSC atua em várias áreas e uma especificamente diz respeito as fiscalizações e regularizações das edificações existentes, novas ou recentes e dentro destas fiscalizações a emissão de documentos e ações de campo são desenvolvidas com serviços internos e externos.

Portanto, através de um levantamento documental, visando buscar numericamente as edificações existentes com até 750 m² construídos e sua proporcionalidade ao número de agentes fiscalizadores, bem como através de pesquisa de campo, buscar identificar os fatores de irregularidades das edificações com os sistemas preventivos contra incêndios parcial totalmente inexistentes.

Logo, a análise SWOT aplicada no desenvolvimento do trabalho científico busca fornecer um estudo acerca do fator humano, ou a sua falta na execução dos sistemas preventivos contra incêndios e das fiscalizações, face a demanda crescente, tanto em área territorial quando ao crescimento no número das edificações sujeitas a execução dos sistemas preventivos contra incêndios, provado pelo espaço abrangente pelo Corpo de Bombeiros Militar de SC (CBMSC), especificamente no que diz respeito a área de responsabilidade do 14º Batalhão do Corpo de Bombeiros de SC com sede na cidade de Xanxerê.

Portanto, esta pesquisa justifica-se pelo fato que 14ºBBM, sede Xanxerê, representante legal do Estado, no que diz respeito a fiscalização dos sistemas preventivos contra incêndios visando o bem comum, através do grau de conhecimento e conscientização da sociedade, para diminuir os índices de

irregularidades. Diante disso questiona-se: Como analisar os índices de fiscalização do sistema preventivo contra incêndio em edificações de baixa complexidade do 14º Batalhão de Bombeiros Militar de SC?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para validar o desenvolvimento deste estudo, a fundamentação teórica, foi buscar nas fontes de vários autores consultados na biblioteca e em meio eletrônico, a compreensão, o conhecimento e análise através da matriz SWOT muito utilizada na iniciativa privada.

2.1 MATRIZ SWOT

Para Nogueira (2014), a matriz SWOT é uma importante ferramenta para analisar as oportunidades, forças, ameaças e fraquezas aplicadas no planejamento estratégico. Ela traz justamente uma visão de como está o planejamento estratégico de uma organização. Esta sigla foi criada a partir de palavras do inglês: Strengths = forças, Weakness = Fraquezas, Opportunities = Oportunidades e Threats = Ameaças". Esta análise foi trazida para o português e é conhecida na forma em português como FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e são conhecidas nas duas formas.

Neste sentido, a matriz, apresenta em seu objetivo uma análise futura, através das discussões, escolhas e, a capacidade da organização em implantar ou manter suas estratégias em situações diferentes que são:

Um estudo SWOT pode criar listas longas demais de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças legítimas. No entanto, o que importa é ser claro quanto ao que é realmente importante e o que faz menos diferença; há o perigo do excesso de generalização [...]. Identificar uma explicação demasiadamente geral da capacidade estratégica não explica as razões subjacentes dessas capacidades. A análise SWOT, ao usar as técnicas e conceitos esclarecidos, não é um substituto de análises mais rigorosas e criteriosas (JOHNSON *et al.*, 2010, p. 105).

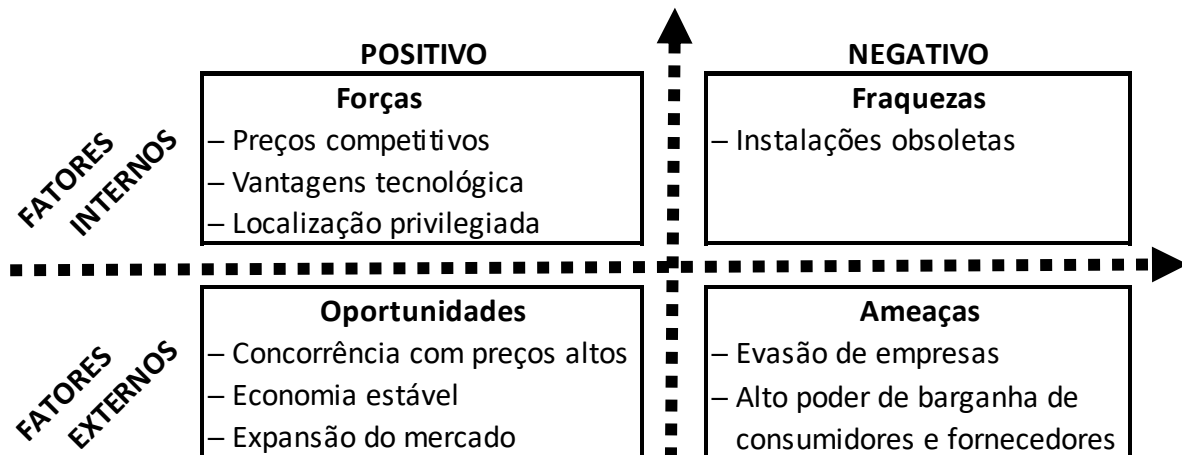
Segundo Abreu, Justino e Santos (2017), as tomadas de decisões de uma empresa é de fundamental importância, pois são suas possíveis escolhas e alternativas para seu desenvolvimento, visando o seu planejamento. Logo, a matriz traz os quatro cenários, suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que proporcionam suporte dentro do horizonte previamente definido no planejamento estratégico de uma empresa, que por vez é o suporte para suas decisões futuras.

Conforme Nogueira (2014, p. 46), dimensão interna/externa, "as forças e fraquezas de uma organização referem-se aos fatores internos, as oportunidades e ameaças referem-se aos fatores externos", e esta caracterização dos pontos de interesse da matriz, proporciona ao gestor uma melhor visão futura do negócio, que se caracterizam por aspectos positivos e aspectos negativos.

Segundo Rabbi *et al.*, (2017), a perspectiva da visão força são valores benéficos que uma empresa consegue obter, já as fraquezas são os fatores que de alguma forma possam intervir ou atrapalhar o negócio e, as duas estão interligadas pelo ambiente interno. As oportunidades são visões do ambiente

externo que não se tem controle, mas contribuem positivamente com a empresa, em contra partida, ainda dentro deste ambiente as ameaças também não são controladas e afetam o negócio de forma negativa.

Figura 1 – Detalhamento das dimensões na matriz SWOT



Fonte: Adaptado de Nogueira (2014).

Segundo Fernandes (2005), com as informações colhidas dos ambientes operacional e do macro ambiente, também com o diagnóstico do negócio e de modo geral realizada a análise SWOT, estas informações criam meios para que a organização venha a formular uma visão futura para a sua estratégia organizacional; estas informações das oportunidades e ameaças caracterizam a visão do negócio e os pontos negativos e positivos retratam a visão da organização. Então esta ferramenta fornecerá meios para que as oportunidades e ameaças trabalhem sobre os pontos positivos e negativos para desenhar um futuro plano de ação.

Segundo com Matias-Pereira (2011), a matriz, proporciona certa facilidade de aplicação em empresas, produtos e serviços, mas ressalta-se a dificuldades em distinguir os fatores internos e fatores externos. Correndo nesta análise dos dois fatores, internos e externos, se busca identificar as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças:

- Forças e fraquezas (*strenghts e weakness, S e W*) são fatores internos de criação (ou destruição) de valor, como: ativos, habilidades ou recursos que uma companhia tem à sua disposição, em relação aos seus concorrentes;
- Oportunidades e ameaças (*opportunities e threats, O e T*) são fatores externos de criação (ou destruição) de valor, os quais a empresa não pode controlar, mas que emergem ou da distância ou da dinâmica competitiva do mercado em questão, ou de fatores demográficos, econômicos, políticos, tecnológicos, sociais ou legais (MATIAS-PEREIRA, 2011, p.82).

Esta análise é estrategicamente um balizador na medida em que permite:

- eliminar os pontos fracos identificados na característica ameaças frente ao negócio;
- permite compreender suas oportunidades tiradas dos pontos fortes;
- permite corrigir pontos fracos nas potenciais oportunidades e;
- permite ver seus pontos fortes precavendo-se de futuros riscos e incertezas (MATIAS-PEREIRA, 2011).

A legislação destaca os tipos de edificações, partindo da generalização de imóveis que conforme a Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, p 1. Art. 3, inciso I, letra a, considera-se imóveis primeiramente caracterizando uma edificação “como qualquer tipo de construção, permanente ou provisória, de alvenaria, madeira ou outro material construtivo, destinada à moradia, atividade empresarial ou qualquer outra ocupação, constituída por teto, parede, piso e demais elementos funcionais”, Santa Catarina (2013).

Uma vez caracterizada está edificação, a lei citada, divide a edificação em três modelos distintos, que no seu Art. 3, inciso II da Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, p 1, diz que “edificação nova: aquela que ainda se encontra em fase de projeto ou de construção;” Santa Catarina (2013, p. 1).

No Art. 3, inciso III, da Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, p 1, uma edificação existente, é “aquela que já se encontra edificada, acabada ou concluída;” Santa Catarina (2013).

A Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, p 1, no Art. 3, inciso IV, diz que para uma edificação classifica-se com edificação recente, é uma edificação sem a aprovação de projeto preventivo quando edificada pelo fato de a ocupação original e/ou a legislação vigente na época não exigir; aquela que enquadrar-se nas seguintes situações de aprovada para ocupação diversa da atual ou pretendida; ou desatualizada em relação às normas vigentes, mantendo ou modificando a ocupação original.

Dada a classificação quanto ao tipo de edificação prevista na Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, estas mesmas edificações sejam elas novas, recentes ou existentes, elas ocorrem em uma segunda classificação quanto as suas complexidades, que podem ser de alta complexidade ou baixa complexidade. As edificações de acordo com sua complexidade possui requisitos específicos para a instalação dos sistemas preventivos contra incêndios, como prega a Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, Art. 5, p. 2 e 3, que são quanto: “I – ocupação; II – capacidade de lotação; III – altura; IV – área total construída; V – carga de incêndio; e VI – riscos especiais.” e estes requisitos são dimensionadas em conjunto com o tipo da edificação Santa Catarina (2013).

Segundo o CBMSC, na Instrução Normativa IN 001/DAT/CBMSC, parte para a definição da complexidade relacionada ao imóvel/edificação, que diz o seguinte: a facilidade quanto a execução por parte do proprietário ou preposto para a execução, instalação e manutenção dos sistemas preventivos contra incêndios de acordo com o tipo de edificação e sua ocupação (CBMSC, 2018).

Seguindo com o que diz a Instrução Normativa IN 001/DAT/CBMSC, da classificação quanto a complexidade da edificação, está por sua vez caracteriza-se em duas classificações, imóvel de baixa complexidade e imóvel de alta complexidade, sendo imóvel de baixa complexidade que se enquadram nos critérios de: possuem área total construída de até 750 m²; edificação em até 3 pavimentos; possua escada comum; com até 250 litros de líquido inflamável ou combustível para comércio ou manuseio; com utilização ou armazenamento de GLP até 90 kg; com lotação máxima de 100 pessoas quando a classificação da ocupação do imóvel for enquadrada em reunião de público; vedado comércio, depósito ou fabricação de pólvora, explosivos, fogos de artifícios, artigos pirotécnicos, munições, detonantes ou material radioativo; e apresentar a declaração de regularidade de imóvel de baixa complexidade. Nos casos em que os imóveis não se enquadrem nas características para baixa complexidade,

automaticamente este imóvel é classificado como imóvel de alta complexidade (CBMSC, 2018).

Dada a classificação dos imóveis edificadas – edificações de baixa complexidade, assim definida pelo Decreto Estadual n. 1957 de 20 de dezembro de 2013, art. 3 inciso VII, não cabe ressalvas quanto seu tipo e adequação para os sistemas preventivos contra incêndios.

A Lei n. 13.425 de 30 de março de 2017, no seu Art. 3, diz “cabe ao Corpo de Bombeiros Militar, analisar, avaliar, vistoriar, aprovar e fiscalizar as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos”, portanto com o respaldo desta legislação, são realizadas vistorias anuais.

3 METODOLOGIA

Segundo Köche (2010), a natureza humana busca através de sua existência conceitos de fatos e através da sua representação existencial interpretar situações dentro de um conceito significativo com características como mítico, ordinário, artístico, filosófico, religioso e científico e resumido em uma representação, define-se estes fatos como conhecimento.

Essa pesquisa faz uso do método indutivo, que segundo Michel (2009), requer indícios particulares, tais como: fatos, experiências, enunciados empíricos em direção a conclusão da proposição geral, através da observação e a relação entre as informações colhidas.

Portanto, os dados quanto a evolução de urbanização da cidade de Xanxerê – SC, foram buscados no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDEMS), que traz a quantidade de domicílios urbanos e o crescimento no intervalo de 2000 até 2010, com 47,4%. E, para colaborar com os dados, foi levantada a situação do mercado da construção civil e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC), apresenta os índices no intervalo de 2011 com 90.217,13 m² construídos e para 2017 de 64.794,88 m² construídos. Sendo assim, na análise, conforme informações do CREA-SC (2018), para o m² construído é uma redução no setor na ordem 28%.

Esse estudo está pautado na pesquisa descritiva, segundo Knechtel (2014, p. 145) a pesquisa “é uma construção que sofre mudanças e assume novas formas à medida que se acrescentam diferentes instrumentos, métodos e técnicas de representação e interpretação, o que assegura uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão”, portanto dentro deste conceito, o pesquisador descreve as características da população e busca relacionar com as informações e os dados dos fenômenos estudados.

O delineamento da pesquisa é o estudo de campo, que conforme Gil (2008), trata-se de objeto de estudo grupo ou comunidade específica, aplicando a técnica da observação com o propósito de se aprofundar nas questões propostas. Logo, nesta abordagem foi realizada a observação durante as fiscalizações nas edificações multifamiliares de baixa complexidade de setembro de 2017 até abril de 2018.

Essa pesquisa faz uso da entrevista a estruturada que é onde as perguntas são aplicadas para todos os entrevistados e esta característica gera maior controle sobre as respostas e nos resultados (SANTOS 2016).

Então dentro deste conceito para a coleta de dados foi aplicada entrevista estruturada no período de abril de 2018: ao chefe da Seção de Atividades

Técnicas (SAT) do 14º BBM, ao comandante do 14º BBM e para corroborar com a pesquisa o critério de observação foi visitar os locais, ou seja, as edificações de baixa complexidade de ocupação residencial multifamiliar no período de setembro de 2017 a abril de 2018, onde foram entrevistados cinco síndicos/responsáveis pela edificação. A definição da população é a 3 regiões de bombeiros militar, região oeste, como amostragem deste estudo tem-se o 14º BBM, sede Xanxerê.

A análise da pesquisa é qualitativa e conforme Creswell (2009), é identificar o tipo de abordagem utilizada; informações da estratégia, sua aplicação, definição e origem da disciplina; discutir o modelo de estratégia adequado ao estudo; e identificar os tipos de questões, como coletar os dados e quais os passos da análise.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Conforme Cervo, Bervian e Silva (2007), este processo caracteriza-se por fase decisiva do projeto, é quando se obtém a coleta e o registro das informações, a análise e a interpretação dos dados. Para que o estudo aborde todas as informações necessárias e sejam corretamente interpretadas e compilados, há três técnicas de realizar a leitura destas informações: a leitura formativa, a leitura de distração e a leitura informativa e abordar a técnica demanda qual tipo de informação que se extrair.

As vistorias realizadas pelo 6º BBM é na ordem de 17.365 vistorias Até 2017, onde a Organização Bombeiro Militar (OBM) de Xanxerê pertencia aos quadros do 6º BBM² e as fiscalizações integravam a sua totalização. Sendo assim, subtraído as informações do 6º BBM, obtém-se as vistorias na área do 14º BBM referente a cidade de Xanxerê dispostas com os seguintes parâmetros:

- Das vistorias realizadas por quantidade: 3.037 edificações fiscalizadas, em relação a vistoria de Atestado para Alvará de funcionamento; 192 para eventos transitórios; 21 vistorias para Habite-se Relatório de Preventivo Contra Incêndios (RPCI); 324 vistoria para Habite-se;
- Das vistorias realizadas por metragem total: 1.643.592,20 m² edificações fiscalizadas, em relação a vistoria de Atestado para Alvará de funcionamento; 345.277,15 m² para eventos transitórios; 5.522,96 m² vistorias para Habite-se RPCI; 603.876,93 m² vistoria para Habite-se;

As fiscalizações são conforme a Lei 16.157 de 07 de novembro de 2013 – Poder de Polícia ao CBMSC e Decreto Estadual n. 1957 de 20 de dezembro de 2013, foram realizadas vistorias em 464 edificações multifamiliares. Logo, na coleta dos dados gerais via sistema interno de gerenciamento, se obtém um panorama geral das fiscalizações realizadas no ano de 2017 e, filtrar estas informações é importante para dimensionar as vistorias de baixa complexidade

²O decreto nº 480, de 26 de novembro de 2015 cria e ativa o 14 Batalhão de Bombeiros Militar sede Xanxerê. Portanto, no processo de adequação, os dados até então eram computados dentro do 6 Batalhão de Bombeiros Militar sede Chapecó. Fonte: (CBMSC, 2018).

e os valores no total para edificações de baixa complexidade são na ordem de 179 edificações.

O total de vistoria são de 332 ações de fiscalizações em 179 edificações evidenciado que algumas edificações passam até por duas vezes ou mais dentro do processo de regularização. E segundo a Instrução Normativa IN 005/DAT/CBMSC, no Art. 1º diz "está IN tem por objetivo estabelecer o procedimento para regularização das edificações existentes, fiscalizadas pelo CBMSC" CBMSC (2018, p.3).

Segundo Nogueira (2014), uma organização tem que buscar o conhecimento sobre seus ambientes, interno e externo, e é através dele que se levanta seus pontos fortes e pontos fracos. O Quadro 1, aponta os pontos fortes e pontos fracos dos atos fiscalizatórios.

Quadro 1– Pontos fortes e fracos nas fiscalizações do 14º BBM

AÇÕES/ ATOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Emissões dos atestados (análises de projetos preventivos, Habite-se, Funcionamento e prazos).	Emitido pelo responsável por todo o processo.	O tempo desperdiçado poderia ser melhor aproveitado em vistoria de campo.
Emissões dos atestados (análises de projetos preventivos, Habite-se, Funcionamento e prazos).	Aumento do número de vistorias, justifica-se pelo crescimento do setor da construção civil e populacional).	O texto manuscrito deve ser idêntico ao inserido nos sistemas.
Trabalhos internos em 4 sistemas.	Maior número de informações.	Os sistemas não se comunicam.
Número de agentes.		Aumentar a quantidade de agentes
Processos internos.	Usar as Instruções Normativas para agilizar os processos. (Declarações e documentos conferindo a existência dos sistemas preventivos contra incêndios).	Treinamentos específicos ou informativos como tirar melhor proveito das Instruções Normativas.
Cada vistoria gera um relatório de alterações.	Cada relatório deve conter o maior número de informações possíveis.	O mesmo relatório deve ser inserido em dois sistemas diferentes.
Vistorias no local.	Realizadas por uma pessoa, no local.	No local, excesso de material para manusear (projetos preventivos, confecções de documentos, equipamentos de medição).
Informatização dos processos.	Redução do tempo/resposta nas solicitações.	Implantação do sistema demanda longo tempo e adaptação.
Índice de irregularidade das edificações existentes de baixa complexidade.		Diminuição de pessoal para reduzir os índices.
Pessoal das atividades.		Quantidade insuficiente.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Segundo Caetano e Sampaio (2016), as oportunidades e ameaças estão inseridas no ambiente externo e cada elemento que a compõe busca-se identificar suas peculiaridades, como por exemplo em oportunidades o quão e a

proximidade do cliente com a organização; reconhecimento de suas demandas; reestruturação ou implementação dos serviços existentes e parcerias entre o setor privado e o público. Tal qual, as ameaças também tem seus requisitos, dentre eles: necessidades de mudanças; fatores externos no que diz respeito as mudanças sociais e econômicas. Portanto o Quadro 2, traz as oportunidades e ameaças para as ações de fiscalização no 14º BBM.

Quadro 2 - Oportunidades e ameaças nas fiscalizações do 14º BBM

AÇÕES/ ATOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Vistorias.	Aplicação da lei.	
Situação financeira dos condomínios.		Último item de regularização na edificação.
Sistemas Preventivos Contra incêndios.		Manutenção dos sistemas preventivos contra incêndios.
Prazos para executar os sistemas preventivos contra incêndios.	Prazos longos.	Vencimento dos prazos.
Aplicação da legislação.	Regularização das edificações.	
Aplicação da legislação.		Sanções previstas em lei.
Recusa de Vistorias.	Sanções previstas em lei.	Restrições as acessos as edificações.
Edificações.	Edificação regularizada.	Demanda gastos.
Ocupantes.	Segurança.	Riscos a vida e ao patrimônio.
	Atuação da corporação em Palestras, folders, treinamentos, etc.	Falta de cultura e informação.
	Sistemas Preventivos contra incêndios instalados e funcionando.	Pouca ou nenhuma instrução em manusear os equipamentos.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Então, na pesquisa com os 5 síndicos responsáveis pela edificação, as questões como: sobre os sistemas preventivos contra incêndios, foram que 60%, sabem da funcionalidade do equipamento e os 40% justificam que não foram instruídos; questionados sobre qual tipo de equipamento utilizar, 60% dizem não saber, que destes 67% é pela falta de informação, bem como se saberia usar qualquer dispositivo, também 60% desconhecem por não serem instruídos;

Logo, busca-se identificar ações para minimizar a falta de conhecimento sobre os sistemas preventivos contra incêndios e: aceitar folder; receber informações pessoalmente; treinamentos e palestras obtiveram 25% de aceitação, mas quanto em receber, ou disponibilizar tempo foram 80%.

Sobre saber a necessidade dos sistemas preventivos e, 60% dizem "sim"; levantada a questão sobre custo em ter o sistemas preventivos, 80% aponta que afeta a situação financeira. Para identificar o motivo que a edificação encontra-se irregular, no que diz respeito ao sistemas preventivos, os dados obtidos foram que: existem manutenções mais importantes, a legislação não é aplicada, as assembleias não aprovam os valores o índice é 20% para cada uma destas situações, onde 40% é que as assembleias não aprovam a execução, para os sistemas contra incêndios não são necessários: não foram apontados.

Na entrevista aplicada aos gestores foi entender a efetividade da fiscalização do 14º BBM. Logo, questionou-se sobre as formas de inferência nas edificações.

A perspectiva das fiscalizações sob a visão do comandante (CMTE) do 14ºBBM contribuíram para a análise dos dados, pois as atividades estão sob sua gestão. As atividades específicas desenvolvidas pela equipe da SAT que realiza as vistorias, são gerenciadas pelo Chefe da SAT. A coleta das informações obtidas nas duas entrevistas foram juntamente analisadas para obter a visão macro do CMTE e percepção do gestor das atividades do chefe da Seção de atividades técnicas (SAT).

Questionados sobre a divisão de tarefas entre externas e internas, ambos optam pela concordância e justifica-se o CMTE pelo motivo que os processos internos são consequências dos processos externos, já que as vistorias é a atividade fim e é o objetivo a ser atingido. Já o Chefe da SAT, é que com pessoal suficiente, para todas as atividades e substituições que acontecem, proporcionariam um incremento nos índices de vistorias.

Sobre a necessidade de aperfeiçoamento e treinamentos por parte da equipe, a percepção do CMTE foi que a procura não existe. Enquanto que o Chefe da SAT, aponta que há interesse da equipe, porque o conhecimento está aquém do ideal, o processo de formação é básico e necessitando apoio de colegas experientes e a capacidade laboral para as diversas atividades não são de 100%.

Quanto a necessidade de aumento de pessoal, a resposta obtida por parte do comando foi positiva, justificada pela demanda reprimida. E para o Chefe da SAT, a afirmação apontada é que: o excesso de atividades e quando ocorrem afastamentos, estas funções ficam desprovidas.

Há informação se o grupo consegue gerenciar as ações de fiscalizações e o apontamento para o CMTE foi conforme a necessidade. A resposta obtida do Chefe da SAT, foi que: de acordo com a necessidade e o motivo é que apenas mantém-se o serviço, sem avanços ou situação confortável, pois qualquer oscilação de pessoal, mas especificamente na redução, desequilibra as atividades. Logo há uma concordância sobre uma parcial ações de fiscalizações.

Para que qualquer atividade seja executada, tanto na sua plenitude ou em parte, precisa-se de recursos mínimos e foram sinalizados nas duas entrevistas que infraestrutura, material, equipamentos e pessoal são uma necessidade e justificado por que os recursos humanos e materiais estão no limite. Já para as ações propostas para o grupo de trabalho são aceitas segundo a entrevista com o CMTE e complementa-se com a sinalização do Chefe da SAT que são positivamente aceitas e justificadas que a equipe é comprometida com a atividade.

Quando buscada a informação sobre o planejamento, o CMTE opta para o médio prazo, e o Chefe da SAT foi para longo prazo pois depende das estabilidade da equipe, pela situação profissional e do regime que estão sujeitos os membros da equipe, pois segue o regime militar e estão disponíveis a nível estadual e o desejo de transferência sempre há e o plano a longo prazo acaba sendo frustrado.

5 CONCLUSÃO

O estudo analisou os processos, procedimentos das fiscalizações e regularizações das edificações existentes de baixa complexidade através das informações plotadas na matriz SWOT, dados coletados na entrevista com os agentes fiscalizadores e nas pesquisas de campo com os síndicos.

Logo, com as informações obtidas na matriz, foram analisados os pontos fortes e fracos das ações de fiscalização e, como na iniciativa privada busca-se sempre melhorar a qualidade, ocorrem atrasos e dificuldades, o setor público, visto como uma empresa prestadora de serviço, também está sujeita as mesmas dificuldades nas suas atividades, tais como: vistorias e emissões de Atestados, Relatórios de Regularização e Relatórios de Indeferimentos, dificuldade de pessoal; a mão de obra disponível tem condições de manter por certos tempos, quando não estão sujeitos aos afastamentos, férias ou transferências, também os recursos disponíveis não proporcionam um conforto na realização das atividades desenvolvidas pela SAT.

Na contra mão dessas adversidades, o grupo consegue amenizar o quanto possível, através do comprometimento com suas atividades, ajustando-se aos horários e funções, bem como na aceitação das mudanças propostas pelos gestores. Portanto, as ações de fiscalizações apontam para a necessidade em analisar o processo, pois o estudo apresenta as dificuldades do setor em melhorar seus índices de fiscalização e também através da legislação, buscar meios de conscientizar e quando necessário fornecer o conhecimento básico sobre os sistemas preventivos contra incêndios aos moradores dessas edificações, uma vez que em casos de necessidades a primeira resposta é por parte deles.

Sendo assim, o CBMSC, responsável pela vistorias nas edificações existentes de baixa complexidade, apontam através das informações coletas nas entrevistas que com a visão do gestor sobre todas as atividades do batalhão, agregada com a perspectiva do Sr. Chefe da SAT, existe um planejamento, apesar da discordância do prazo, as visões são similares para que o efetivo disponível, mantenham seus afazeres conforme a necessidade e pedido das operações, sejam elas internas ou externas, bem como a equipe tem condições de se adaptar, ou suprir em parte, as solicitações quanto as fiscalizações, por outro lado, isto acaba por congelar os índices de vistorias, que nos períodos subsequentes tendem a reduzir.

Logo, ideal seria conhecer e como agir dentro da segurança, diante ao sinistro, pois são pessoas e materiais destas edificações que são atingidas, que vem a colaborar para que retarde, mas não deixar de regularizar as edificações. Então, motivos de demanda reprimida, afetada pela falta de mão de obra, pois o interessante é que as atividades fossem divididas entre processos internos e externos, que faria uma atuação, ou aumentaria as vistorias, apontada a longo prazo.

As entrevistas dos síndicos, onde foram abordados fatores relevantes, sobre as irregularidades dos sistemas preventivos contra incêndios das edificações são apontados, como as principais informações obtidas é que as assembleias não aprovam a execução e o motivo é que muitas vezes existe a necessidade de investimentos com alto custo, também ocorrem na dificuldade em conhecer ou manusear os equipamentos.

Bem como, a análise das informações, mostra que quando não realizadas as fiscalizações há um desinteresse dos moradores sobre a necessidade dos

sistemas preventivos contra incêndios, em saber sua utilidade, a importância do dispositivo e a falta de conhecimento apontado em não se buscar a informação, que leva os moradores para uma zona de conforto, ficando à espera da ação do Estado

Algumas ações poderiam minimizar ou até mesmo suprir esta falta de conhecimento e contribuir na regularização destas edificações, como: treinamentos com os ocupantes, que está na IN 001/SAT/CBMSC que cobra-se no curso de regularização da edificação, folders informativos, treinamento com os síndicos e palestras de conscientização. Os sistemas preventivos contra incêndios, são de extrema necessidade para a segurança de bens e pessoas e as informações coletadas nas edificações, foi o que também os moradores, representado pelos seus síndicos, concordam que os sistemas preventivos contra incêndios são importantes.

Portanto, a conclusão foi que o 14ºBBM, busca através dos gestores e da equipe, meios para melhorar os processos e incrementar os índices de fiscalização nas edificações multifamiliares de baixa complexidade e, os ocupantes destas edificações apontaram para o mesmo interesse, tanto na regularização, quanto na obtenção do conhecimento sobre os sistemas preventivos contra incêndios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Matheus F. de; JUSTINO, Laryssa de C.; SANTOS, Antonio C. de Q. **Análise das estratégias organizacionais:** um estudo de caso em uma empresa de produtos de limpeza e polimento na cidade de Parelhas-RN. 2017. p. 20. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_244_414_32384.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- CAETANO, Cristiano Israel; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **Planejamento estratégico e administração em segurança.** (Livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <<http://faifaculdades.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559722871/pages/4>>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007. Disponível em: <<http://faifaculdades.bv3.digitalpages.com.br>>. Acesso em: 09 mai. 2018.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública:** provas e concursos. 4. ed. Barueri: Manole, 2016.
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, CBMSC. **Instrução normativa:** IN 001/DAT/CBMSC. Disponível em: http://www.cbm.sc.gov.br/dat/images/arquivo_pdf/IN/IN_01_17-04-2015.pdf >. Acesso em: 23 mar. 2018.
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, CBMSC. **Instrução normativa:** IN 005/DAT/CBMSC. Disponível em: http://www.cbm.sc.gov.br/dat/images/arquivo_pdf/IN/IN_05_17-04-2015.pdf >. Acesso em: 23 maio 2018.
- CREA, SC. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/estatistica/>>. Acesso em: 21 abr. 2018.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição: Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FERNANDES, Bruno H. Rocha. **Administração estratégica:** da competência empreendedora à avaliação de desempenho. São Paulo: Saraiva, 2005.
- GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social.** 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008. Disponível em: <<https://guiadamonografia.com.br/pesquisa-de-campo/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- JOHNSON, Gerry; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. **Fundamentos de estratégia.** Porto Alegre: Bookman, 2011.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Livro eletrônico. Curitiba: InterSaberes, 2014.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa.** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração estratégica: foco no planejamento estratégico.** São Paulo: Atlas, 2011.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORENO, André (org.). **Estratégia de gestão e organização empresarial.** São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2014. Serie Bibliografia Universitária Pearson. Disponível em <
<http://faifaculdades.bv3.digitalpages.com.br/users/publications>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

NOGUEIRA, Cleber Suckow (Org.). **Planejamento estratégico.** São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2014. Disponível em <
<http://faifaculdades.bv3.digitalpages.com.br/users/publications>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

RABBI, Bruno. AGUIAR, Fernando C.; MONTEIRO, Fabiana N. C.; NETO, Romeo e S. Análise de viabilidade de implantação de uma franquia fast-food no município de Santo Antônio de Pádua. 2017. p. 20. Disponível em: <
http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_244_413_34698.pdf>. Acesso em 21 Jul. 2018.

SANTA CATARINA (Estado). **Poder de Polícia ao CBMSC.** Lei 16.157 de 07 de novembro de 2013. Disponível em: <
<http://www.cbm.sc.gov.br/dat/index.php/leis>>. Acesso em 10 de mar. 2018.

SANTA CATARINA (Estado). **Regulamenta o Poder de Polícia ao CBMSC.** Decreto Estadual n. 1957 de 20 de dezembro de 2013. Disponível em: <
<http://www.cbm.sc.gov.br/dat/index.php/leis>>. Acesso em 10 de mar. 2018.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica.** 12. ed. rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2016.

SIDERMS. Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. Disponível em: <
<http://indicadores.fecam.org.br/index/index/ano/2018>>. Acesso em 15 mai. 2018.